

## APRESENTAÇÃO

O tema central deste número é o papel do Estado no processo de modernização. Embora os objetos enfocados nesses artigos sejam bastante diversificados, de alguma forma a questão que finalmente se coloca – implícita ou explicitamente – é a do tipo de modernização experimentada pelo Brasil e a América Latina de maneira mais geral, a participação de diferentes classes e categorias nesse processo e o papel desempenhado pelo Estado na sua definição e administração. Ressurge na memória o argumento de Mathias e Salama\* quanto ao Estado superdesenvolvido nos países subdesenvolvidos.

O primeiro artigo explicita a questão no que se refere especificamente ao setor primário. A autora examina as relações complexas entre Estado, empresa e trabalho na agricultura e as modificações que essas relações apresentam no processo de modernização.

O artigo de Maria Brandão e Fernando Pedrão parte de um enfoque regional para mostrar relações internas e externas ao país e à América Latina no processo de transformação do aparelho estatal e de suas relações com a empresa.

O terceiro artigo, mais centrado nas conseqüências da modernização em termos dos movimentos sociais, procura mostrar como essas conseqüências podem, por sua vez, gerar as condições necessárias à conscientização e mobilização das classes dominadas.

Por outro lado, a modernização e institucionalização do trabalho científico vem estimulando novas discussões em torno do papel da ciência e sobre a autonomia do cientista. As colocações – bastante polêmicas – deste artigo podem gerar um debate interessante, ao qual todos estão convidados.

O artigo de Maresca mostra uma das formas pelas quais a instância política retraduz transformações sociais em curso e procura explicar a contradição entre o sucesso simbólico de uma intervenção estatal e sua eficácia duvidosa.

A questão das políticas públicas no processo de modernização é ainda colocada no último artigo, que recoloca em discussão as perspectivas teóricas e analíticas para o estudo das políticas públicas, mostrando a necessidade de paradigmas adequados ao caso específico dos países latino-americanos. O paradigma proposto pelo autor aponta para a importância da dimensão política no caso dos regimes “burocrático-autoritários”.

---

\* A especificidade do Estado nesses países estaria no fato de ser ele também produtor de relações de produção e não apenas sua expressão, como no caso dos países de economia avançada.

Esperamos que este número suscite polêmicas e controvérsias, contribuindo para estimular o debate escrito – tradição intelectual antiga que, no Brasil, ainda está por se consolidar. Aguardamos as contribuições.

*Maria Lúcia Maciel*